

NOVO

10-09-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **22,23**

Luís Claro*
luis.claro@novo.lapnews.pt

Uma mulher grávida de oito meses foi assassinada pelo marido, no Barreiro, no dia 18 de Agosto. Tinha 38 anos. Uma mulher com 30 anos foi morta pelo companheiro em Rio de Mouro, no concelho de Sintra, no dia 15 de Julho. Estes casos ainda não constam das estatísticas oficiais mas são, pelo menos, mais dois a juntar as 16 mulheres assassinadas nos primeiros seis meses deste ano. Desde 2019 registaram-se 107 homicídios voluntários em contexto de violência doméstica.

A pandemia pode explicar o aumento de homicídios em 2022, porque durante o período de confinamento registaram-se menos casos, mas quem conhece a realidade não tem dúvidas de que ainda há muito a fazer para combater a violência doméstica. "É um dos fenómenos criminais mais graves da sociedade portuguesa e há muitos passos a dar, porque muitos homens ainda não se conformam com a igualdade de direitos", diz Rui Pereira.

O antigo ministro da Administração Interna está convencido de que "só conhecemos a ponta do iceberg", porque a maioria dos casos não são denunciadas às autoridades. "O que nós conhecemos é uma parte minoritária da realidade. Muitas vezes, as vítimas estão sujeitas a um clima de coacção e de dependência do agressor que as impede de denunciarem".

Os dados oficiais confirmam que há motivos para preocupação. Nos últimos cinco anos foram assassinadas mais de 100 mulheres. Isto vai variando de ano para ano, mas estamos sempre entre as duas dezenas e as quatro dezenas. Temos de perceber o que falta fazer para estes números desaparecerem", diz Ilda Afonso, coordenadora do centro de atendimento da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta no Porto.

Mas, afinal, o que está a falhar? Rui Pereira defende que, em primeiro lugar, é preciso conhecer a realidade que estamos a enfrentar e, por isso, deve ser feito um inquérito de vitimização. O ex-ministro e antigo juiz do Tribunal Constitucional considera também que a justiça tem de actuar de uma forma mais severa. "Os tribunais têm aplicado em excesso penas suspensas em casos em que se justificavam penas efectivas de prisão. Alguns tribunais têm aplicado com alguma leveza, medi-

CRIME

O que está a falhar no combate à violência doméstica

Violência doméstica aumentou a seguir à pandemia e os números já conhecidos em relação a este ano são alarmantes. Mais de 16 mulheres foram assassinadas. Quem trabalha nesta área aponta o dedo à justiça por ser "branda" e "conservadora". Muitos destes casos poderiam ter sido evitados com uma actuação mais eficaz das autoridades. A prevenção, assim que as crianças entram nas escolas, é uma das soluções apontadas para combater este flagelo

das de coacção não privativas da liberdade e penas de prisão suspensas", diz Rui Pereira, defensor de um agravamento da pena máxima de cinco para oito anos.

Justiça é branda

Daniel Cotrim, da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, concorda que "o número de penas efectivas é muito pequeno" e critica "a atitude branda" da justiça. "Muitas vezes, as vítimas têm a sensação de que a justiça não leva a sério as suas denúncias", afirma.

O psicólogo lamenta que "tenhamos uma justiça profundamente conservadora com uma visão machista e misógina". Ou seja, "falta à justiça passar uma imagem clara de que é eficaz e que tem uma mão pesada contra as pessoas que cometem crimes no âmbito da violência doméstica".

Ilda Afonso também considera que "as penas efectivas de prisão acontecem muito poucas vezes", mas aponta outras razões para a falta de eficácia no combate a este fenómeno. "As medidas de afastamento do agressor

têm de aumentar. [é preciso] deixar de tirar as mulheres de casa e, sim, tirar os agressores. E levar a sério as situações em que há ameaças de morte, fazer uma boa avaliação de risco."

A maioria das mulheres foram mortas pelos companheiros ou ex-companheiros depois de pedirem a separação. Os dados relativos aos primeiros seis meses deste ano revelam também que mais de 30% já tinham denunciado a situação às autoridades. "Há uma parte destes casos que estão sinalizados e podiam ter sido evitados. Temos casos de mulheres que acabaram por morrer de violência doméstica depois de terem apresentado 17 ou 18 queixas, e isso valeu zero. O agressor nunca foi detido, foi perdoado, e houve um dia em que a agressão acabou por ser fatal", diz Carlos Anjos, presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes.

O ex-inspector da Polícia Judiciária não tem dúvidas de que "havia uma obrigação da justiça de ter actuado de outra forma". Carlos Anjos defende que "as



KAROLINA GRABOWSKA/PEXELS

NOVO

10-09-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Pagina(s): **22,23**



“

“Alguns tribunais têm aplicado, com alguma leveza, medidas de coacção não privativas da liberdade e penas de prisão suspensas”

Rui Pereira
Ex-ministro da Administração Interna

“Temos uma justiça conservadora com uma visão machista e misógina”

Daniel Cotrim
Responsável da APAV

“Há uma parte destes casos que estão sinalizados e podiam ter sido evitados. Temos casos de mulheres que acabaram por morrer de violência doméstica depois de terem apresentado 17 ou 18 queixas”

Carlos Anjos
Presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes

“Muitas vezes, as autoridades, apesar de haver sinalização, não conseguem reagir atempada e adequadamente às situações”

João Massano
Presidente do conselho regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

penas deviam ser menos vezes suspensas e mais curtas”. O objectivo seria evitar que os agressores possam “entrar e sair deste crime sem terem a noção da punição”. Contudo, alerta o ex-inspector da PJ, a justiça não é a solução para todos os problemas. “Há um problema de dimensão económica. Há casais que já estão separados e continuam a viver juntos por razões económicas. Isto é uma bomba-relógio social que um dia pode explodir”, alerta. É preciso também apostar na coordenação entre a justiça e a saúde, que é “inexistente”, porque muitas agressões estão relacionadas com “problemas de saúde mental e consumos excessivos ligados ao álcool e às drogas”.

João Massano, presidente do conselho regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, concorda que, “muitas vezes, as autoridades, apesar de haver sinalização, não conseguem reagir atempada e adequadamente às situações”. Mas entende que não é possível combater este flagelo sem dar mais apoio às vítimas, nomeadamente “acompanhamento jurídico”, e sem apostar numa “maior cooperação” entre todos os intervenientes nestes casos. “Por vezes, e ainda continuo a sentir isso, cada um está para seu lado. Falta sensibilizar todos os agentes envolvidos e era fundamental fazer mais formação”, diz.

Começar no infântário

A necessidade de proteger a vítima é um dos pontos apontados por todos aqueles que trabalham nesta área. Consensual é também a necessidade de apostar na prevenção e trabalhar com as escolas. Rui Pereira alerta que “é preciso não ter ilusões de que tudo se resolve através da aplicação das penas”, porque só é possível combater este flagelo com uma aposta forte na “educação precoce das crianças, nas escolas e nas famílias”. Para a responsável da UMAR, Ilda Afonso, esse caminho permite que as crianças e os jovens “não repitam os erros dos adultos”.

A prevenção é também apontada por Daniel Cotrim como “fundamental” para enfrentar este fenómeno. “Tem de começar cada vez mais cedo, aos seis ou sete anos. Não pode ser apenas aos 12 ou 13”, diz o psicólogo da APAV. Carlos Anjos vai mais longe e entende que as campanhas para adultos são pouco eficazes. “Era necessário um programa muito rígido de educação para a cidadania. Tem de começar no infântário”, conclui.

*Com Carla Filipa Cavém